

Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos¹

Francisco de Assis

Antecedentes e advertências

As discussões sobre os gêneros jornalísticos inquietam e mobilizam, constantemente, a comunidade formada por pessoas ligadas direta ou indiretamente à produção da imprensa. Apenas numa observação superficial, é possível notar que o debate acerca do assunto, especialmente no cenário brasileiro, tem sido suscitado em diferentes espaços: no ambiente acadêmico, responsável natural pela disseminação de pesquisas e reflexões sobre o jornalismo (Marques de Melo, 2010: 23-24); nas escolas de ensinos Fundamental e Médio, preocupadas com a formação crítica de leitores da mídia (Costa, 2008: 45); e, é claro, no contexto que está mais relacionado à questão dos gêneros, ou seja, nas redações de jornais impressos, eletrônicos ou on-line (haja vista que todos os manuais oferecem definições aos diferentes formatos praticados pelos veículos).

Por espelharem a realidade de múltiplos espaços geográficos e por, muitas vezes, revelarem pontos de vista diferentes, as considerações tecidas à margem dos gêneros jornalísticos nem sempre oferecem explicações similares. Bem distante disso, as reflexões e os ensaios teóricos formulados a partir desse mote estão distantes de chegar a um consenso (Berger e Tavares, 2008: 8), provocando, em alguns casos, olhares enviesados.

É fato, portanto, que as propostas classificatórias dos gêneros que conferem identidade ao jornalismo são suscitadas à luz de diferentes pontos de vista. Apenas para exemplificar, tomando novamente o caso brasileiro como exemplo, as duas principais referências vigentes – as de José Marques de Melo (2003; 2006b; 2009) e

Manuel Carlos Chaparro (2008) – partem de perspectivas teóricas díspares. Ou seja: enquanto Marques de Melo foca sua classificação na intencionalidade do material jornalístico, Chaparro prima pela estrutura linguística do discurso. Não é à toa que os autores utilizem diferentes nomenclaturas (gênero, formato, espécie) para definir um mesmo texto (ou um mesmo conjunto de textos) publicado pela imprensa.

A discussão aqui promovida está vinculada ao grupo de pesquisas sobre gêneros jornalísticos liderado pelo professor José Marques de Melo². Por isso mesmo, muitas das ideias lançadas nestas linhas correspondem aos fundamentos teóricos defendidos por ele. Isso não quer dizer, no entanto, que a intenção seja reproduzir a proposta classificatória do autor ou, então, insinuar que ela não seja passível de questionamentos. Pelo contrário. Muito mais do que apresentar uma classificação, o que se pretende fazer é retroceder no tempo, a fim de observar como a trajetória do jornalismo se configurou, ao longo dos séculos, e de identificar quais são os fatores mais significativos para a compreensão dos gêneros.

Para executar tal proposta, é necessário, antes de tudo, traçar alguns parâmetros. É nesse sentido que se recorre às considerações de Marques de Melo (2009: 35), para quem os gêneros jornalísticos equivalem a uma das parcelas do universo processual da comunicação, cuja abrangência vai das ações mais amplas até as menores unidades:

O *campo* da comunicação é constituído por *conjuntos* processuais, entre eles a comunicação *massiva*, organizada em *modalidades* significativas, inclusive a comunicação *periodística* (jornal/revista). Esta é estruturada, por sua vez, em *categorias* funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidades de mensagem se agrupam em *classes*, mais conhecidas como *gêneros*, extensão que se divide em outras, denominadas *formatos*, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas *tipos*.

Essa noção dos gêneros espelha questões históricas relacionadas ao jornalismo. Partindo de perspectiva funcionalista, como insinuado há pouco, a proposta prevê a vigência de cinco classes na imprensa brasileira, sendo duas hegemônicas – gêneros *informativo* e *opinativo*, que emergiram nos séculos XVII e XIX – e três complementares – gêneros *interpretativo*, *diversional* e *utilitário*, característicos do século XX (Marques de Melo, 2006b). É, então, sobre esse universo que esta reflexão procura se debruçar, deixando de lado aquilo que se entende por formato (notícia, nota, reportagem, artigo, crônica, etc.)³.

Ademais, também é necessário deixar claro que essas categorias buscam tão-somente sinalizar a *principal* finalidade dos conteúdos jornalísticos, uma vez que as fronteiras entre informação, opinião, interpretação, diversão e serviço não são extremamente rígidas, a ponto de que um gênero possa ser considerado puro. O próprio Marques de Melo (2003: 25) questiona esses limites, concluindo que a

distinção entre gêneros é um “artifício” profissional e político, que orienta o trabalho do jornalista e sua relação com o público.

Gênero informativo

A informação é a base do jornalismo. Portanto, é indiscutível a afirmação de que o primeiro gênero a figurar na imprensa mundial, já no século XVII, foi o informativo. Considerado um “gênero referencial” (Marques de Melo, 2006b), teve suas características analisadas, na primeira tese de doutoramento a respeito do jornalismo, elaborada por Tobias Peucer, em 1690 (2000: 202), para quem os *relationes novellae* (relatos jornalísticos) se destinam a revelar “a sucessão exata dos fatos que estão interrelacionados e suas causas, limitando-se a uma simples exposição”.

Luiz Beltrão (2006: 13) considera a informação trabalhada jornalisticamente como “o relato puro e simples de fatos pertencentes ao presente imediato ou ao passado que esteja atuando nas situações do presente”. Corresponde, na percepção de Marques de Melo (2003: 63), à articulação do jornalismo em função do interesse por “saber o que passa”, cabendo ao gênero a função exclusiva de *descrever* os fatos.

Essa característica de “relato do real” (Marques de Melo, 2003: 64) é fruto daquilo que Kunczik (2002: 97) chama de “jornalismo objetivo e neutro”, que se distancia “passivamente dos eventos que trata”. Tradicionalmente, portanto, o gênero informativo é formado por três elementos identificados por Nilson Lage (2001: 34): a “veracidade” – comum a qualquer produto jornalístico –, a “imparcialidade” e a “objetividade”. Todavia, as questões sobre objetividade e neutralidade do texto jornalístico são polêmicas, até porque os termos não são sinônimos.

O conceito de objetividade – emergente nos EUA, por volta da década de 1920 – está ligado intrinsecamente, como afirmam Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004: 114-115), a um “método consistente de testar a informação – um enfoque transparente com as provas disponíveis”, necessário para que os “preconceitos culturais ou pessoais” do jornalista não prejudiquem a “exatidão de seu trabalho”. Mas isso não faz com que as ações do repórter e do editor sejam neutras. A própria seleção do que será noticiado, por mais que siga padrões preestabelecidos pela imprensa ou, especificamente, por determinada empresa jornalística, pressupõe certa dose de subjetividade.

Pela objetividade, os fatos deveriam ser narrados pelo jornalismo tal como aparecem na realidade. No entanto, qualquer jornalista sabe que ao redigir uma matéria estará materializando um processo contínuo e ininterrupto de escolhas e eliminações que resultam na construção de uma mensagem sobre infinitas possibilidades descartadas, decorrente do tratamento dado à informação jornalística (Costa, 2008: 52-53).

Kovach e Rosenstiel (2004: 115) esclarecem que as discussões sobre a objetividade jornalística sucederam outro conceito colocado em pauta no final do século XIX: o de “realismo”, relacionado à ideia de que “se os repórteres cavassem os fatos e os ordenassem direito, a verdade apareceria naturalmente”. Os autores ainda explicam que esse debate eclodiu concomitantemente à consolidação da técnica da “pirâmide invertida”, que determina a construção da matéria a partir do fato “mais importante até o menos importante”.

O *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2008: 46) reforça que “não existe objetividade em jornalismo”, tendo como argumento as mesmas ideias defendidas acima, ou seja, as de que as tomadas de decisões que regem o trabalho do jornalista são “medidas subjetivas”. Por outro lado, isso não isenta o profissional “da obrigação de ser o mais objetivo possível”; mas “encarar o fato com distanciamento e frieza” não “significa apatia nem desinteresse”.

Nas palavras de Gaye Tuchman (1999: 74), a objetividade é um “ritual estratégico” que “protege” o profissional de jornalismo, quando este se exime da emissão de quaisquer opiniões. Basicamente, são quatro os atributos que contribuem para o distanciamento das manifestações opinativas: a apresentação de várias versões de um mesmo fato – ou possibilidades conflituais –; a apresentação de provas que comprovem as afirmações; o uso das “aspas”, uma vez que, “ao inserir a opinião de alguém, eles [os jornalistas] acham que deixam de participar da notícia e deixam os ‘fatos’ falar” (Tuchman, 1999: 81), e a estruturação das informações em pirâmide invertida. Essas colocações fazem coro às afirmações de Francisco Karam (1997: 103), segundo quem “a dimensão pública do jornalismo exige que, na informação, esteja presente a pluralidade de versões e a maior transparência possível da realidade, mediada pelo profissional”.

É importante destacar que a objetividade é um valor característico do “modelo americano de jornalismo” (Lins da Silva, 1991: 89). Tem-se que, no século XIX, o jornalismo informativo configurava-se como “categoria hegemônica” nos EUA, marcando o período em que “a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em *mercadoria*” (Marques de Melo, 2003: 24). Tal modelo, no entanto, só foi “importado” para o Brasil na década de 1950, por iniciativa de jornalistas que viveram naquele país – entre eles, Pompeu de Sousa, Danton Jobim, Samuel Wainer e Alberto Dines – e que implantaram as técnicas de texto – incluindo a padronização do *lead*⁴ – e de diagramação em três jornais editados no Rio de Janeiro: *Diário Carioca*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil* (Bars Mendez, 2008: 228).

A objetividade também se defronta com questões ideológicas e mercadológicas, ou, como observa Rosa Nívea Pedroso (2003, on-line), “com uma ideologia informativa mercadológica”. Os quatro atributos mencionados por Tuchman (1999) nada mais são do que recursos para manter a imprensa alinhada aos ideais do “neo-

liberalismo mundial que apregoa liberdade econômica com liberdade política” (Pedroso, 2003, on-line). Por essa razão, o jornalismo informativo busca ter equilíbrio e precisão “diante do plural, do polêmico e da impossibilidade de ser imparcial”.

Carlos Eduardo Lins da Silva (1991: 101) faz ressalvas no que diz respeito à assimilação do termo objetividade na imprensa brasileira, ao mostrar que as condições de produção e as questões históricas que configuraram a prática jornalística no país não se assemelham ao processo de formação do jornalismo norte-americano. Nos EUA, afirma o autor, “a maioria dos jornalistas e dos veículos diz acreditar na objetividade e tenta praticá-la na medida do possível (com textos desadjetivados, contidos, com os vários lados de uma questão ouvidos em condições de relativa igualdade)”; já no Brasil, o jornalismo – por mais que seja taxado como objetivo – é, quase sempre, “ostensivamente partidário na cobertura, com títulos de notícias editorializados, clara preferência por uma tendência política ou ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma visão particular do mundo”.

Gênero opinativo

O segundo gênero predominante na esfera jornalística é o opinativo, um “gênero argumentativo”, que emergiu no século XVIII, junto com os “processos revolucionários de natureza anti-colonial (USA, 1776) e anti-absolutista (França, 1789), convertendo a imprensa em arena de combate” (Marques de Melo, 2006b). Independentemente de seu elo com a imprensa, a opinião é uma “função psicológica pela qual o ser humano, informado de ideias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo” (Beltrão, 1980: 14).

Nas obras que versam sobre os gêneros jornalísticos, a opinião sempre consta nas propostas de classificação, mesmo que com outra nomenclatura, como é o caso do livro de Chaparro (2008: 178), que atribui aos conteúdos opinativos a terminologia “gênero comentário”. Essa observação comum a vários autores se dá em conformidade com a práxis do jornalismo, uma vez que, dentro das redações, bem se sabe, há espaços para os exercícios opinativos promovidos por, pelo menos, quatro “núcleos emissores”: jornalistas, colaboradores, leitores e a própria empresa (Marques de Melo, 2003: 102).

A opinião emitida por múltiplas vozes, no entanto, é uma característica dos veículos midiáticos enquanto instituições, fator que nem sempre figurou na trajetória da imprensa. O “monolitismo opinativo”, de acordo com Marques de Melo (2003: 101), “caracterizou a vida dos primeiros jornais e revistas, que eram obra de uma só pessoa”, como ocorreu, por exemplo, com o primeiro jornal brasileiro – *Correio Braziliense* –, criado em 1808. Sendo editado em Londres, aquele periódico expunha apenas o posicionamento de seu proprietário e produtor: Hipólito da Costa, considerado o “primeiro jornalista brasileiro” (Lustosa, 2003: 11).

Deve-se ressaltar, ainda, que o gênero opinativo atende bem mais do que à necessidade humana de se expressar: ele também subsidia, em larga medida, a formação da opinião pública. Como assegura Beltrão (1980: 19), todas as manifestações opinativas veiculadas pela imprensa – a do jornalista, a do leitor, etc. – oferecem à comunidade “a manifestação corporificada” desse “tão discutido fenômeno”.

O jornalismo opinativo é desdobrado por Ana Atorresi (1995: 36, tradução nossa) em três segmentos, que se diferenciam em razão da “intencionalidade da opinião”. Para a autora, os textos podem revelar “a opinião propriamente dita” – ou seja, formulam juízos a respeito de variados assuntos –, uma “interpretação” – que estabelece relação entre fatos, sem que o jornalista se exponha explicitamente, deixando que o leitor tire suas próprias conclusões – ou uma “crítica especializada – elaborada por um especialista em determinada área. “Essas três perspectivas mencionadas podem conviver em cada um dos gêneros de opinião e implicam maneiras diversas de manifestar a subjetividade”. Assim sendo, diferentemente do jornalismo informativo – caracterizado pela objetividade –, os textos opinativos são fortemente relacionados a expressões subjetivas.

Sonia Parratt (2008: 140) afirma que seções específicas voltadas para a expressão de opiniões são comuns a todos os periódicos. Afinal, como frisa Beltrão (1980: 14),

(...) o jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo caminho mais seguro à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social.

Nesse sentido, um ponto-chave para a discussão a respeito do gênero opinativo é sua credibilidade. Ainda segundo Parratt (2008: 140, tradução nossa), para oferecer ao leitor algo além da informação, fazendo-o refletir e levando-o a convencer-se de algo, o autor de um texto opinativo “tem o dever de basear suas opiniões em dados corretos e isentos de manipulação”. Pastora Moreno Espinosa (2001: 108, tradução nossa), por sua vez, alerta para o fato de que “a persuasão nos textos argumentativos está fundamentada (...) no prestígio de quem escreve”, sendo “rubricada pela influência do periódico”.

Também vale dizer que não é sempre que o jornalista tem a possibilidade de expor seu posicionamento, mesmo que muitos autores considerem que opinião e informação são gêneros que se complementam e, muitas vezes, podem ser identificados numa mesma unidade textual (Espinosa, 2001; Chaparro, 2008: 224-225). O *Manual de Redação e Estilo d'O Estado de S. Paulo*, elaborado por Eduardo Martins (1997: 204-205), esclarece que as opiniões só devem ser expressas em espaços adequados dentro do jornal, cabendo ao repórter e/ou ao redator “evitar interpretar os

fatos segundo sua ótica pessoal”, deixando “esse gênero de ilação [opinativo] a cargo dos especialistas ou editorialistas”.

Depois de fazer minuciosa revisão a respeito dos gêneros jornalísticos, Lailton Costa (2008: 63) observou que apesar das “muitas transformações decorrentes da internet”, as quais suscitaram o interesse pelos blogs – já considerados páginas de “jornalismo pessoal”, sendo propícios para a publicação de textos híbridos –, “no jornalismo impresso, os formatos dessa categoria [opinativa] pouco se modificaram nos últimos anos”. O mesmo pode se dizer da opinião no telejornalismo. Em estudo recente, Guilherme Rezende (2009: 13) afirmou que três formatos dessa natureza predominam nos jornais televisivos – o editorial, o comentário e a crônica –, avigorando o mesmo resultado alcançado por ele em pesquisa anterior (Rezende, 2000: 155-159).

Cabe dizer, ainda, que Marques de Melo (2003: 65) compreende que a “estrutura” do gênero opinativo é codeterminada “por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)”.

Gênero interpretativo

Historicamente, a informação e a opinião são gêneros hegemônicos e que balizam o jornalismo, fato que pode ser notado pela discussão feita até aqui. Todavia, a partir de meados do século XX, emergiram outros três novos gêneros, considerados “complementares”. O primeiro deles – de natureza analítica – é o interpretativo, que começou “a ser cultivado [nos EUA] durante o período da segunda guerra mundial, quando a sociedade norte-americana considera-se lesada pela imprensa, em face da ausência de informações que permitissem a previsão do conflito bélico”. Naquele momento, a “cultura antro-cêntrica daquele país” fazia com que a sociedade esperasse receber “informações de natureza geopolítica, suprimindo as lacunas educacionais” a respeito dos cenários em que “se movimentavam os soldados ianques” (Marques de Melo, 2006b).

As primeiras discussões a respeito desse gênero, especificamente no Brasil, foram feitas por Paulo Roberto Leandro e Cremilda Medina (1973). Ancorados no conceito de “interpretação” tratado pela filosofia, os autores concluem que, se a interpretação busca “encontrar o sentido das diferentes forças que atuam num fenômeno”, o jornalismo interpretativo é “o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele – não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz um jornalismo opinativo” (Leandro e Medina, 1973: 15-16). Além disso, também consideram que a interpretação se distancia da informação por conta da “complementação dos fatos”, da “pesquisa histórica de antecedentes” e da “busca do humano permanente no acontecimento imediato”,

itens necessários para a construção de textos dessa primeira ordem, pois “enquanto a notícia registra o *aquí*, o *já*, o *acontecer*, a reportagem interpretativa determina um *sentido* desse aqui num círculo mais amplo, *reconstitui* o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um *estar acontecendo* atemporal ou menos presente” (Leandro e Medina, 1973: 23, grifo no original).

Beltrão (1976: 12) ainda explica que “a interpretação jornalística consiste no ato de submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos”. A diferença desse exercício, em relação ao gênero opinativo, é que a interpretação apreende “toda a significação do fato para a comunidade” e consiste numa “análise preliminar”, não sendo permitido ao jornalista submeter “os dados colhidos e o sentido encontrado a uma escala de valores própria, pessoal” (Beltrão, 1976: 47-48).

Essa delimitação das fronteiras que separam a interpretação da informação e da opinião nem sempre foi observada de maneira unânime. Até mesmo Marques de Melo (2003: 29), em sua primeira obra a respeito dos gêneros jornalísticos, chegou a afirmar que o jornalismo interpretativo tratava-se “de uma categoria carente de configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o informativo e o opinativo (...) e que ainda não adquiriu fisionomia própria no lugar onde surgiu”. Naquele mesmo trabalho, o autor também definiu que “a interpretação (enquanto procedimento explicativo, para ser fiel ao sentido que lhe atribuem os norte-americanos) cumpre-se perfeitamente através do gênero informativo” (Marques de Melo, 2003: 64).

Mário Erbolato (2006: 30-31) considera o jornalismo interpretativo – “também conhecido como jornalismo em profundidade, jornalismo explicativo ou jornalismo motivacional” – como resposta aos avanços conquistados pelos veículos eletrônicos. Numa espécie de “luta contra o jornalismo falado”, os veículos impressos começaram a oferecer conteúdos complementares às notícias que são costumeiramente divulgadas em primeira mão pelo rádio, pela TV e, agora, pela internet⁵. “Adotou-se, para isso, a pesquisa, tendo como fonte os arquivos dos jornais e as bibliotecas e, ao lado deles, a obtida através da movimentação de equipes de repórteres que coligem dados secundários ou que ocorreram concomitantemente ao fato principal”. Na avaliação do autor, esse tipo de jornalismo eclodiu nos Estados Unidos, na década de 1920 – um pouco antes do período mencionado por Marques de Melo (2006b)⁶ –, com a fundação da revista *Time*⁷, criada para mostrar as possíveis dimensões das notícias recentes.

Se há um consenso entre os autores que discorrem sobre o jornalismo interpretativo, ele diz respeito ao início de sua prática no Brasil. Leandro e Medina (1973: 22), assim como Beltrão (1976: 45) e Rosa Nava (1996: 32) – tendo esta última dedicado sua dissertação de mestrado ao tema –, afirmam que, no país, o marco fundador desse

gênero corresponde à criação do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil, na década de 1960, por iniciativa do jornalista Alberto Dines. Tratava-se de uma “possibilidade de enfrentamento ao alcance da agilidade dos telejornais e, tem seu principal fator desencadeante, no caso brasileiro, diretamente ligado ao aparecimento da TV” (Nava, 1996: 21). O próprio Alberto Dines (1986: 90) relata:

No *Jornal do Brasil*, iniciamos em 1963 a produção de matérias “redondas”, isto é, que contivessem todo o desenvolvimento de um fato, e reservamos a edição dominical para ser destinatária deste tipo de jornalismo de melhor acabamento. O “Caderno Especial”, concebido na tarde de sábado, de 30 de junho de 1962, como desdobramento do caderno de domingo, pela incapacidade das impressoras rodarem, de uma só vez, grande número de páginas, foi destinado a receber este tipo de matéria. (...) O leitor de hoje não quer apenas saber o que acontece à sua volta, mas assegurar-se da sua situação dentro dos acontecimentos. Isto só se consegue com o engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha os seguintes elementos: a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro. Enriquecidos com esta nova angulação, chegamos bem mais perto do jornalismo interpretativo e do jornalismo investigativo.

Nava (1996: 9-10) entende o jornalismo interpretativo como integrante do jornalismo informativo, uma vez que, em suas palavras, “podemos elaborar notícias, reportagens e entrevistas, grandes ou pequenas, alinhavadas segundo um preceito fundamental: informar melhor”. E com relação aos elementos que caracterizam esse gênero, seus apontamentos não fogem ao que foi mencionado por outros: “dar contextualização ao relato factual”, mostrar “os antecedentes do fato noticiado – pano ou cena de fundo” – e apontar suas causas e suas prováveis consequências.

Embora situe a interpretação como uma “categoria jornalística” – e não como um gênero –, Gerson Moreira Lima (2002: 10) foi quem mais recentemente se dedicou ao assunto. Em sua tese de doutoramento, ele defende que o jornalismo interpretativo “permite maiores possibilidades para que o jornalista desempenhe o seu papel de melhor informar a sociedade”, coincidindo, assim, com as colocações feitas anos antes por Rosa Nava. Adiante, considera que, muitas vezes, a interpretação não aparece explicitamente. “O processo interpretativo passa a ocorrer já na escolha das fontes, na ordenação dos fatos e até mesmo na escolha léxica para o discurso. Mesmo assim, o texto, do ponto de vista morfológico, é aparentemente objetivo, levando o leitor a confundi-lo com o texto informativo” (Lima, 2002: 90).

Frente a essas considerações, um fato deve ser notado: a questão do gênero interpretativo ainda não foi completamente encerrada. Embora seja praticamente de

comum acordo que o gênero se caracterize pelo aprofundamento, pela explicação e pela análise da informação (Dias et al, 1998: 8; Erbolato, 2006: 31; Marques de Melo, 2010: 24), os formatos atribuídos a ele nem sempre são os mesmos. O principal exemplo é a reportagem (Lima, 2002: 88) – ou as suas modalidades “reportagem interpretativa” (Leandro e Medina, 1973: 23) e “reportagem em profundidade” (Beltrão, 1976: 42) –, entendida por alguns autores como sendo texto de interpretação, mas que é classificada por Marques de Melo (2006a) como formato informativo.

Gênero *diversional*

Dentre os gêneros jornalísticos classificados por Marques de Melo (2006b), o *diversional* é o que mais esbarra em controvérsias. Isso porque a própria terminologia voltada para o “divertimento” parece, muitas vezes, não ser bem aceita ou bem interpretada. Esse próprio autor, em seus primeiros estudos, não considera a diversão como um gênero, mas, sim, como um “mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade, apesar das formas que sugerem sua dimensão imaginária” (Marques de Melo, 2003: 64).

Classificar o *diversional* enquanto gênero autônomo é, de fato, reconhecer que existe, no universo da imprensa, produção e consumo de “informação que diverte” (Dias et al, 1998: 14). Além disso, esse jornalismo pode ser associado à função de entreter desempenhada pela comunicação de massa, a qual foi identificada por Charles Wright (1968: 19) e que Marques de Melo (2003: 29) traduziu como o papel “de preencher os momentos de ócio das pessoas ou comunidades, oferecendo informações não necessariamente utilitárias, mantendo seções que busquem divertir, ou abrindo espaço para prender o interesse do público, divertindo-o”. É possível, ainda, compreendê-lo em conformidade com o que prescreve Erbolato (2006: 43): um produto “mais ameno e atrativo”, diferente do estilo das notícias redigidas num tom formal.

Porém, como já foi dito, as leituras sobre o gênero *diversional* nem sempre são claras. Beltrão (1980: 13-14), por exemplo, apesar de entender que a atividade jornalística é formada por quatro funções básicas – informar, orientar, opinar e divertir –, não inclui a diversão nas categorias jornalísticas que trata em sua obra. Mesmo assim, define a diversão (“a função lúdica”) como “um meio de fuga às preocupações do cotidiano ou costumeiro, uma pausa no ramerrão, um preenchimento dos lazes com algo reparador do dispêndio de energias reclamado pela própria atividade vital de informar-se”.

A atitude de não incluir esse elemento em sua taxionomia é explicada por Marques de Melo (2003: 60) com a seguinte justificativa: “Lendo cuidadosamente a obra de Beltrão, percebemos que ele coincide com a atitude de [Raymond] Ni-

xon, encarando o jornalismo como uma atividade *séria*, onde não há lugar para a brincadeira, para a diversão”. Entretanto, tal argumento pode ser questionável, pois o próprio Beltrão (1980: 14) afirma que “os recursos diversionais oferecidos pelos órgãos jornalísticos devem, na medida do possível, manter o atributo da atualidade, inovando, através de neologismos, personagens e episódios contemporâneos”. Faltou a ele, portanto, enquadrar a diversão como categoria do jornalismo, o que posteriormente foi feito por Marques de Melo (2006b) que, em seus trabalhos mais recentes, observa o gênero em questão como um “gênero emocional”, o qual

(...) surge no pós-guerra como contingência do jornalismo, no sentido de sobreviver num ambiente midiático dominado pelo entretenimento. A ascensão do *show business* contamina a produção jornalística, introduzindo ao resgate de certas formas de expressão que mimetizam os gêneros ficcionais, embora os relatos permaneçam ancorados na realidade.

Raymond Nixon (apud Marques de Melo, 2003: 30) afirma que a função do gênero diversional é preencher o momento de ócio das pessoas, que se tornou maior em meados do século XX, período em que a qualidade de vida da população mundial começou a ser repensada – ou, pelo menos, de boa parte dela – e em que horas e dias de descanso, bem como períodos de férias, passaram a ser gozados pelos trabalhadores. Com isso, o jornalismo precisou encontrar formas de propiciar diversão para os momentos de folga de seu público, oferecendo informações, seções e demais espaços editoriais capazes de entretê-los.

Uma observação atenta das características do gênero diversional apontadas por Marques de Melo (2006b), bem como de seus respectivos formatos, leva a considerar que o mesmo corresponde ao *new journalism*⁸ americano (Muggiati et al., 1971; Wolfe, 2005), tratado mais comumente no Brasil pela alcunha de “novo jornalismo” (Faro, 1999: 511-517). O *new journalism* configurou-se como o paradigma de uma nova era para a imprensa. Erbolato (2006: 44) considera que “o Novo Jornalismo, aceito também como Jornalismo Diversional, [...] passou a oferecer textos de muito agrado, abordando assuntos que, até à época, eram sempre apresentados com aridez ou através de construções estereotipadas e formais, despidas de interesse”. Tom Wolfe (2005: 28), jornalista americano e um dos mentores desse movimento, explica que, naquela fase, as inovações propostas por ele e por seus colegas, eram encaradas como possibilidades de promover algo inovador, diferente e audacioso no campo do jornalismo.

No Brasil, o mesmo movimento de renovação promovido nos Estados Unidos teve seu apogeu no final da década de 1960, com a revista Realidade, publicada mensalmente pela Editora Abril, de 1966 a 1976⁹. O código proposto pelo *new journalism*, ou novo jornalismo, foi visivelmente adotado pela publicação brasileira,

que publicava textos extensos, construídos com a adoção de elementos comuns à narrativa ficcional, sem perder a veracidade de suas informações. J. S. Faro (1999: 517) observa que esse tipo de produção reconfigurou até mesmo o papel do jornalista, uma vez que o “nível de autonomia de seu trabalho” ganhou novos horizontes pela própria abordagem instituída pelo novo jornalismo. Nas palavras de Roberto Muggiati (1971: 10), tratava-se de uma “verdadeira fusão do escritor e do jornalista”.

Também não se pode negar que há, nos dias de hoje, uma outra corrente que chama o gênero diversional de “jornalismo literário”. Felipe Pena (2006: 21), por exemplo, defende-o como gênero autônomo, composto por outros subgêneros – tais como biografias, romances-reportagens, etc. –, e entende que textos dessa natureza convergem várias vertentes do jornalismo.

Marques de Melo (2009: 23) opta por atribuir a esse gênero o nome “diversional”, por entender que o jornalismo literário é um jornalismo sobre literatura. Suas considerações são endossadas, em parte, por Vitor Necchi (2007: 12), que discorre a respeito da impertinência de tal denominação. Subsidiado principalmente por discussões levantadas por profissionais atuantes no mercado jornalístico – como Eliane Brum e João Moreira Salles¹⁰ –, ele afirma que o uso dessa terminologia denota uma espécie de entusiasmo por um jornalismo menos preso aos padrões tradicionais da notícia e mais voltado a um trabalho de apuração e redação elaborado com certa dose de sensibilidade. Destaca, ainda, que “a palavra ‘literário’ poderia sugerir, equivocadamente, que seria mal escrito o que estivesse fora desse escopo”.

O gênero diversional corresponde, em resumo, a conteúdos destinados à distração do leitor, mas que, ao mesmo tempo, em nada deixam a desejar em termos de verossimilhança das informações e de seu conteúdo. Trata-se de um tipo de texto voltado à apreciação do público que tem a possibilidade de ocupar seu tempo livre com a leitura de tais relatos (geralmente extensos).

Gênero utilitário

O gênero utilitário é o mais recente dentre os gêneros jornalísticos observados nesta pesquisa. Ele surge no final do século XX, “no limiar da sociedade da informação, cujo funcionamento repousa na tomada de decisões rápidas no mundo financeiro, projetando-se também na vida cotidiana. Sua legitimação se dá com mais vigor nas sociedades povoadas pelos cidadãos-consumidores” (Marques de Melo, 2006b).

Apesar de esse gênero só ter se consolidado nas décadas finais do último centenário, a vigência dos “serviços do jornal” foi identificada precocemente por Beltrão (2006: 118), no trabalho que desenvolveu na década de 1960. Já naquela época, o autor esclarecia que os conteúdos dessa natureza são registros sucintos sobre assuntos que auxiliam o público-leitor no seu dia a dia, como “modificações

nos horários das linhas de trens ou ônibus, avisos de fechamento extraordinário do comércio, de alterações nas pautas de pagamentos de impostos, vencimentos de funcionários e outras matérias semelhantes”. Para tanto, cabe ao profissional responsável por essas seções “distinguir entre aquelas informações que podem ser graciosamente divulgadas e as que somente poderão sair através do departamento comercial, ou seja, como matéria paga”.

O “jornalismo de serviço”, como é denominado por alguns autores – entre eles, Parratt (2008: 32, tradução nossa) –, é formado por, pelo menos, três aspectos: 1. pelas seções especializadas, destinadas a “cobrir as preocupações e necessidades práticas do dia a dia do cidadão”; 2. pelas “informações de atualidade sobre numerosas questões consideradas de interesse geral”, as quais são incorporadas pelas seções já indicadas, e 3. pela “incorporação da informação de serviço a textos mais convencionais (tanto interpretativos quanto informativos)”, como elemento que enriquece tais matérias, “uma vez que permite aos jornais cumprir com seu dever de oferecer informação de qualidade e de interesse público”.

Tyciane Vaz (2009: 40-41) considera o termo “jornalismo de serviço” uma redundância, uma vez que “o jornalismo, em sua essência, tem o propósito de prestar serviço à sociedade”. Todavia, a pesquisadora não deixa de apontar que aquilo que se convencionou chamar por tal denominação – ou pelo conceito de gênero utilitário, aqui empregado – é “o material jornalístico com proposta orientadora ao público”. Por isso mesmo, Chaparro (2008: 166-167) reivindica a devida autonomia ao que chama de “espécies utilitárias”, por acreditar que, no contexto do “atual jornalismo brasileiro”, “as espécies utilitárias deixaram de ser manifestações secundárias no relato da atualidade. Por isso, há de entendê-las e classificá-las como formas do discurso, no jornalismo.

A crescente ascensão do gênero utilitário já havia sido observada por Jacqueline Rios dos Santos (1996: 77), em pesquisa sobre a evolução da revista *Claudia* no período de 1980 a 1991. Na análise de conteúdo que fez da publicação, a pesquisadora identificou que “a categoria de serviço predominou indiscutivelmente”. Marcelo Januário (2005: 41) também compreende que o jornalismo de serviço já ocupa considerável espaço nas editorias culturais, principalmente nos jornais diários, constituindo-se como “resultado final do desenvolvimento de um modelo que, com a evolução da indústria de bens culturais e com o crescimento do público consumidor, representou uma nova modalidade informativa surgida nos diários brasileiros”.

As orientações oferecidas pela imprensa podem ser entendidas, ainda, como consequências da “responsabilidade social” do jornalismo, como diz Ana Carolina Temer (2001: 135). Pautada pelas observações que fez sobre os serviços prestados pelos telejornais da Rede Globo, a autora entende que o jornalismo de serviço é “aquele que vai além da simples divulgação da informação e se preocupa em mostrar/demonstrar fatos e ações que a curto, médio ou longo prazos vão contribuir

para melhores condições de vida do receptor”; assim sendo, “muitas matérias de serviço não só oferecem a possibilidade de consumir como a de consumir melhor” (Temer, 2001: 134-135).

Para Dines (1986: 97), há um “dilema” não solucionado “sobre a publicação de ‘calhamços’ utilitários” na mídia, uma vez que nem todas as informações de serviço divulgadas principalmente por jornais são realmente aproveitadas pelo público-alvo; como exemplo, cita os resultados das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais, durante um tempo, foram publicados na íntegra por jornais cariocas, ocupando uma página diária inteira, até que a equipe editorial do Jornal do Brasil achou por bem “publicar um bom resumo da bolsa paulista, deixando que o leitor especializado fosse buscar nos jornais de São Paulo ou nos veículos técnicos a informação mais detalhada”. As observações do autor, apesar de refletirem um momento passado da imprensa brasileira, podem servir como sinalizador para as reflexões a respeito do compromisso no tratamento dado ao conteúdo jornalístico caracterizado como “prestador de serviço”.

Considerações finais

Em meio às muitas divergências e aos vários embates que marcam as tentativas de classificação dos gêneros jornalísticos, parece ser necessário – antes de definir quais seriam os formatos praticados pela imprensa e de analisar produtos jornalísticos com base em classificações já existentes – levar em consideração os conceitos e os contextos explorados ao longo destas linhas. Eles auxiliam a compreender os avanços do trabalho jornalístico e, principalmente, sinalizam pontos para melhor compreender como a imprensa se organiza.

Ademais, resta advertir que “a questão tem origem na própria *práxis*”; por isso, não há como observá-la sem também voltar o olhar para a realidade mercado. Como já foi mencionado, “desde o início das atividades permanentes de informações sobre a atualidade (processo livre, contínuo, regular) [pelo menos desde o século XVIII], colocou-se a distinção entre as modalidades de relato dos acontecimentos”, fazendo com que os jornalistas estabelecessem “padrões para discernir a natureza da sua prática profissional” (Marques de Melo, 2003: 42).

Francisco de Assis

Jornalista e secretário-executivo do grupo de pesquisa Gêneros Jornalísticos, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)
francisco@assis.jor.br

Notas

1. Artigo originalmente apresentado no 10º Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), realizado em setembro de 2010, na Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colômbia).
2. Grupo criado em 2009, no âmbito da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), como desdobramento dos trabalhos que o professor Marques de Melo vem desenvolvendo, há várias décadas, na Universidade de São Paulo e na Universidade Metodista de São Paulo.
3. Para melhor compreensão dos formatos jornalísticos, sugere-se a consulta ao livro *Gêneros jornalísticos no Brasil*, organizado por José Marques de Melo e Francisco de Assis (Editora da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010).
4. O *lead* corresponde ao primeiro parágrafo do texto noticioso, no qual constam as informações básicas sobre o assunto ali tratado. É uma expressão inglesa que significa “guia” ou “o que vem à frente”.
5. Obviamente, Mário Erbolato não se refere à internet, em sua obra, uma vez que o texto original data da década de 1970. Todavia, parece pertinente o acréscimo da mídia digital aos meios eletrônicos mencionados pelo autor.
6. Nas colocações de Erbolato (2006: 32), o período da Segunda Guerra Mundial, destacado por Marques de Melo, constituiu-se como um momento de intensificação do gênero, no qual “fez-se sentir, ainda mais, o problema da compreensão das notícias”.
7. A primeira edição da *Time* circulou no dia 3 de março de 1923. A publicação foi fundada por Briton Hadden e Henry Luce, dois jovens que haviam trabalhado juntos na Universidade de Yale, editando a revista *Yale Daily News*, elaborada por alunos daquela instituição.
8. Considerado como marco inicial de uma nova proposta de produção jornalística, o *new journalism* aflorou nos Estados Unidos da década de 1960, em meio à Guerra Fria, período de grandes transformações na história da humanidade, tais como a corrida espacial, o fortalecimento da cultura hippie, os movimentos de contracultura, entre outras.
9. A revista *Realidade* encerrou suas atividades em 1976, mas sua característica original, correspondente ao *new journalism*, só foi mantida até o final de 1968, quando do decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em plena Ditadura Militar, a imprensa brasileira passou a ser censurada pelo governo, perdendo sua autonomia e sua identidade.
10. Eliane Brum é autora do livro *A vida que ninguém vê*, coletânea de textos ao estilo do gênero diversional, publicados originalmente no jornal *Zero Hora*. João Moreira Salles é documentarista e *publisher* da revista *Piauí*.

Referências bibliográficas

- ATORRESI, Ana. *Los géneros periodísticos*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1995.
- BARS MENDEZ, Rosemary. Pompeu de Sousa, o jornalista que transformou o jornalismo brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José (org.). *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história*. v. 3. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 225-240.
- BELTRÃO, Luiz. *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.
- _____. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BERGER, Christa e TAVARES, Frederico de Mello B. (Re)pensando o jornalismo: contribuições espanholas. *Lumina: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*, v. 2, n. 2, p. 1-19, dez. 2008.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.
- COSTA, Lailton Alves da. *Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras*. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.
- DIAS, Paulo da Rocha et al. Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal “Folha de S. Paulo” e da revista “Veja”. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 21., 1998, Recife. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Intercom, 1998.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- ESPINOSA, Pastora Moreno. Géneros para la persuasión en prensa: los artículos de opinión del diario El País. *Ámbitos*, Sevilla, n. 6, p. 107-121, 1º sem. 2001.
- FARO, J. S. Realidade e o Novo Jornalismo. In: MARQUES DE MELO, José e CASTELO BRANCO, Samantha (orgs.). *Pensamento comunicacional brasileiro: o grupo de São Bernardo (1978-1998)*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1999. p. 511-517.
- JANUÁRIO, Marcelo. *Olhar superficial: a transformações no jornalismo cultural em São Paulo na passagem para o século XXI*. 2005. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2005.
- KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2001.
- LEANDRO, Paulo Roberto e MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente (o jornalismo interpretativo)*. São Paulo: Media, 1973.
- LIMA, Gerson Moreira. *Jornalismo interpretativo: a alternativa para o dilema imposto pela mídia digital*. 2002. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2002.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MANUAL da Redação: Folha de S.Paulo. 13. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José e ASSIS, Francisco de (orgs.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.
- _____. *Formatos jornalísticos: evidências brasileiras*. Pesquisa realizada no jornal “Folha de S. Paulo”, 28/03/2005. 2006a. (Original do autor).
- _____. *Gêneros da comunicação de massa: análise dos gêneros e formatos jornalísticos*. 2006b. (Original do autor).
- _____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- _____. *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- MUGGIATI, Roberto et al. *Jornalismo diversional*. São Paulo: ECA-USP, 1971.
- NAVA, Rosa Maria Ferreira Dales. *Saber para continuar: a história do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil e a implantação pioneira do jornalismo interpretativo no país*. 1996. 132 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1996.
- NECCHI, Vitor. A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007, Santos. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Intercom, 2007.
- PARRATT, Sonia F. *Gêneros periodísticos em prensa*. Quito: Ciespal, 2008.
- PEDROSO, Rosa Nívea. Elementos para compreender o jornalismo informativo. *Sala de Prensa: Web para Profesionales de la Comunicación Iberoamericanos*, Cidade do México, ano 4, v. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art411.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. *Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo*, São Bernardo do Campo, ano 22, n. 33, p. 199-214, 1º sem. 2000.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. Gêneros e formatos jornalísticos na televisão brasileira. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., Curitiba, 2009. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Intercom, 2009.
- _____. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.
- RIOS DOS SANTOS, Jacqueline. *Minha amiga Cláudia: história, gêneros jornalísticos e produção de uma revista feminina*. 1996. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1996.
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. *Notícias e serviços: um estudo sobre o conteúdo dos telejornais da Rede Globo*. 2001. 339 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2001.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. *Jornalismo de serviço: o gênero utilitário na mídia impressa brasileira*. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

WOLFE, Tom. *Radical chic e o Novo Jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WRIGHT, Charles R. *Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

Resumo

Já antigos no cenário acadêmico, os estudos sobre os gêneros jornalísticos carecem, ainda hoje, de balizamento conceitual, para que sua compreensão não seja distorcida. Na tentativa de delimitar fronteiras entre as múltiplas tipologias do jornalismo, este texto apresenta uma revisão de fundamentos essenciais para tal exercício, situando-os no espaço e no tempo.

Palavras-chave

Jornalismo; Teoria do jornalismo; Gêneros jornalísticos.

Abstract

Bases to journalistic genres comprehension

Old-established on academic scenery, essays on journalistic genres need, still today, a conceptual marking in order to avoid miscomprehension. In an attempt to set the boundaries among the multiple journalism typologies, this essay introduces a review on fundamental basis to such exercise, placing it on space and time.

Keywords

Journalism; Journalism theory; Journalistic genres.